

# Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF apura vazamento de dados de autoridades ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ANFIP

Receita acha quebra de sigilo de parentes de ministros e Moraes determina buscas ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ESTADÃO BLUE STUDIO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto Seletivo é uma questão de segurança ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ESTADÃO BLUE STUDIO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto do pecado não pode servir de estímulo ao mercado ilegal (Artigo) ..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF RASTREADO - Operação da PF apura acesso indevido a dados de ministros em sistema da Receita ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim da "gordura" da arrecadação é desafio a partir deste ano ..... 11

PORTAL UOL - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Dono do Master prestará dois depoimentos após o Carnaval ..... 13

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Transparência fiscal ou novo labirinto tributário? O dilema da simplificação prometida pela reforma ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Espaço fiscal se estreita para governos regionais ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cresce no Congresso rejeição a tarifaço impopular de Trump (Editorial) ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ decide que Fisco deve aceitar seguro-garantia ou fiança ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Feriado incrementa R\$ 18 bi ..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Sem espaço para desaforo - ZEINA LATIF ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Após anos de relação "incipiente", Brasil e Índia buscam aproximação ..... 27

# PF apura vazamento de dados de autoridades

» VICTOR CORREIA

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, uma operação contra servidores suspeitos de vazar dados financeiros sigilosos de autoridades, incluindo o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e parentes. Agentes cumpriram quatro mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia, contra quatro funcionários públicos - três da **Receita Federal** e um do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que está lotado no Fisco.

A ação tem como pano de fundo as investigações envolvendo o Banco Master, suspeito de abrigar uma fraude bilionária. As investigações apontaram relações entre a instituição bancária e ministros da Corte.

Segundo a PF, a operação de ontem foi deflagrada por determinação do STF, a partir de uma representação da PGR. Além das buscas, o Supremo determinou o cumprimento das seguintes medidas cautelares pelos investigados: quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático; proibição de se ausentar da comarca; uso de tornozeleira eletrônica; afastamento imediato dos cargos; e proibição de sair do país, com cancelamento de todos os passaportes.

Em nota, o Supremo explicou que as investigações detectaram acessos ilegais ao sistema de dados da Receita. Para acessar informações de contribuintes, funcionários do Fisco devem justificar a ação com base nas regras internas do órgão - por exemplo, para fiscalizar possíveis irregularidades - ou agir por autorização da Justiça.

"Foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Secretaria da **Receita Federal do Brasil**, seguindo-se de posterior vazamento das informações sigilosas. As investigações iniciais demonstraram, conforme relatório enviado pela **Receita Federal** ao STF, a existência de "bloco de acessos cuja análise, pelas áreas responsáveis, não identificou justificativa funcional", informou a Corte.

Para o Supremo, o acesso ilegal às informações das autoridades caracteriza crime de violação de sigilo funcional, que é quando um funcionário público divulga informações sigilosas às quais ele só tem acesso por causa do cargo que ocupa. Nesse crime, a pena é de seis meses a dois anos de reclusão, mas pode passar de dois a seis anos de prisão caso a revelação dos

dados cause prejuízo à administração pública.

Porém, a Corte aponta que o caso pode levar a crimes mais graves, que ainda serão apurados, "uma vez que a exploração fragmentada e seletiva de informações sigilosas de autoridades públicas, divulgadas sem contexto e sem controle jurisdicional, tem sido instrumentalizada para produzir suspeitas artificiais, de difícil dissipação".

Ou seja, a divulgação dos dados pode ter sido utilizada para lançar dúvidas quanto à atuação do próprio Supremo.

O STF também divulgou o nome dos investigados: Luiz Antônio Martins Nunes, Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos e Ricardo Mansano de Moraes. Eles serão ouvidos pela PF, que segue com as investigações.

A corporação investiga a hipótese de que os dados possam ter sido repassados para terceiros. Há, ainda, as possibilidades de que as informações tenham sido vendidas ou que os próprios investigados tenham conexões políticas com interesse em prejudicar ministros do Supremo. O Correio não localizou a defesa dos investigados até o fechamento desta edição.

As investigações foram determinadas por Alexandre de Moraes, que acionou a Receita por meio do chamado Inquérito das Fake News, relatado pelo ministro. O inquérito completará sete anos de duração, e mira a divulgação de notícias falsas e ameaças contra ministros do Supremo nas redes sociais. O processo, sigiloso, foi aberto em 2019 para investigar o "gabinete do ódio" ligado ao então presidente Jair Bolsonaro (PL), que usava disparos em massa nas redes sociais para espalhar ideias antidemocráticas e desinformação. A investigação foi criada, à época, pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, que apontou Moraes como relator.

Crise institucional A operação de ontem ocorreu após repercussão do caso Master, do banqueiro Daniel Vercaro. A instituição financeira é suspeita de ser o epicentro de uma fraude bilionária no setor bancário. Em meio ao escândalo, a imprensa revelou informações que expuseram a proximidade de Vercaro com ministros do Supremo, levantando questionamentos sobre a atuação da Corte no caso.

No início de dezembro, o jornal O Globo revelou que a

esposa de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, havia firmado um contrato de R\$ 130 milhões com o Master para representar o banco em causas públicas. À época, o magistrado negou qualquer irregularidade, e a PGR também negou pedidos de investigação contra ele e a esposa, afirmando não haver indícios de ilegalidades.

Em janeiro, a imprensa publicou que a PF encontrou menções ao ministro do STF Dias Toffoli em mensagens encontradas no celular de Vercaro, envolvendo a participação do magistrado em uma empresa familiar chamada Maridt, que era proprietária de uma parte do capital do resort Tayayá. Essa participação foi vendida a Fabiano Zettel, cunhado de Vercaro. Toffoli confirmou a participação na empresa, mas negou ter recebido valores do banqueiro ou de Zettel.

Após a revelação, Toffoli deixou a relatoria do caso, pressionado pelos demais ministros, preocupados com o impacto da repercussão desse envolvimento na imagem da Corte.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/18/all.pdf>**

# Receita acha quebra de sigilo de parentes de ministros e Moraes determina buscas

**AGUIRRE TALENTO, FAUSTO MACEDO, FELIPE DE PAULA, WESLEY GALZO, ALVARO GRIBEL e CAROLINA BRÍGIDO**

Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal (PF) cumpriu ontem quatro mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, no âmbito de investigação que apura possíveis vazamentos de dados da **Receita Federal** de ministros da Corte, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e de seus parentes. A medida foi tomada após representação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A ordem para a operação foi do ministro do STF Alexandre de Moraes. Horas depois da deflagração da ação, a Receita informou que havia detectado violação de informações de autoridades protegidas por sigilo no curso da investigação. A Receita, no entanto, não especificou se os dados vazados pertencem a ministros do Supremo e seus parentes.

O Estadão apurou que a mulher de Moraes e o filho de um ministro da Corte seriam alvos do vazamento. Um dos auditores citados por Moraes disse aos investigadores que acessou dados da enteada do ministro Gilmar Mendes.

Em nota, o Fisco informou que a auditoria sobre acesso ilegal a dados fiscais "envolve dezenas de sistemas e contribuintes".

Após a manifestação da Receita, foi a vez de o STF se manifestar, também por meio de nota, afirmando que a investigação sobre vazamento de dados fiscais de ministros e seus parentes identificou "diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Secretaria da **Receita Federal do Brasil**, seguindo-se de posterior vazamento das informações sigilosas".

O **comunicado** assinado pelo ministro Moraes afirma que os alvos da operação foram quatro servidores da Receita que estão cedidos a outros órgãos. São eles: Luiz Antônio Martins Nunes, Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos e Ricardo Mansano de Moraes.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa dos quatro acusados.

FAKE NEWS. As diligências da manhã de ontem foram fruto de um inquérito - aberto de ofício por Moraes em 12 de janeiro - para investigar se a Receita e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) quebraram de forma irregular o sigilo fiscal de autoridades. Moraes admitiu no **comunicado** de ontem que essa nova investigação é um desdobramento do inquérito das fake news, do qual o ministro também é o relator.

Além das buscas de ontem, o ministro determinou medidas cautelares contra os investigados, entre elas o monitoramento por tornazeleira eletrônica e o afastamento do exercício de função pública - eles foram proibidos de entrar na Receita e no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ou de acessar seus sistemas e bases informatizadas.

Moraes também determinou o cancelamento de passaportes e a proibição de saída do País dos suspeitos.

Além disso, foram quebrados os sigilos bancário, fiscal e telemático dos investigados e eles foram proibidos de se ausentar de suas comarcas, bem como deverão se recolher em suas casas durante a noite e nos finais de semana.

A suspeita de que dados sigilosos de ministros e seus familiares foram vazados surgiu após o estouro da Operação Compliance Zero, que investiga o Banco Master. Em dezembro, o jornal O Globo revelou detalhes do contrato da mulher de Moraes, Viviane Barci de Moraes, para a defesa dos interesses do Banco Master e de Daniel Vorcaro no Banco Central, na **Receita Federal** e no Congresso Nacional.

De acordo com o contrato, assinado em janeiro de 2024, o escritório de Viviane receberia R\$ 3,6 milhões por mês ao longo de três anos. Caso tivesse sido cumprido integralmente, o escritório Barci de Moraes Associados receberia R\$ 129 milhões até o início de 2027.

Após a publicação dos dados sobre o contrato da mulher, o ministro revelou irritação com possíveis vazamentos e mandou a PF abrir o novo inquérito.

Essa apuração constatará o acesso de forma irregular ao sigilo fiscal de pessoas ligadas aos ministros da

Corte.

AUDITORIA. A Receita confirmou que o STF solicitou a auditoria em seus sistemas para identificar desvios no acesso a dados de autoridades e parentes nos últimos três anos. "O trabalho foi incluído em procedimento que já havia sido aberto no dia anterior pela Corregedoria da **Receita Federal** com base em notícias veiculadas pela imprensa", contou a Receita.

Em sua nota, o órgão informou ainda que "não tolera desvios, especialmente relacionados ao sigilo fiscal, pilar básico do sistema tributário". "Os sistemas da **Receita Federal** são totalmente rastreáveis, de modo que qualquer desvio é detectável, auditável e punível, inclusive na esfera criminal. Desde 2023, foram ampliados os controles de acessos a dados, com forte restrição aos perfis de acesso e ampliação de alertas", alertou o **comunicado**.

**A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)** também divulgou nota em que afirmou ver com "preocupação" as medidas adotadas por Moraes contra servidores suspeitos de vazamento de dados fiscais de parentes de integrantes da Corte.

Segundo a Unafisco, as investigações ainda são "preliminares", mesmo na própria **Receita Federal** e, por isso, é preciso respeitar o devido processo legal.

QUEM SÃO. A reportagem procurou um a um os suspeitos investigados nesse inquérito. Mansano é auditor da Receita desde maio de 2007. Ele recebeu em dezembro R\$ 51 mil em salários, segundo o Portal da Transparência.

Ele alegou a investigadores e a colegas do Fisco que por "acidente" e "infelicidade", acabou acessando nos sistemas fechados da Receita dados de uma enteada de Gilmar Mendes, filha da mulher do decano do STF, Guiomar Feitosa.

Ruth Santos está no funcionalismo desde 1994, e é técnica do Seguro Social em São Paulo.

Em dezembro, seu contracheque foi de R\$ 11.664,79. Já Luciano é técnico do Seguro Social e recebeu R\$ 18.777,19. Lotado na Bahia, ele está no serviço público desde 1983. Por fim, Nunes é funcionário do Serpro, no Rio.

Ele está no órgão desde 2000.

CRÍTICAS. Criminalistas e juristas ouvidos pelo Estadão apontaram que a iniciativa de Moraes ao abrir o inquérito de ofício afrontaria os princípios do devido processo legal, o juiz natural e a vedação à atuação de

ofício do julgador. O ato de Moraes também levanta questionamentos sobre conflito de interesses e risco de produção de provas ilícitas, fatores que, segundo eles, agravam o desgaste da imagem do tribunal perante a sociedade.

Essas críticas ganham peso adicional pelo fato de a decisão e a investigação tramitarem sob sigilo, o que impede o acesso público aos fundamentos legais usados pelo ministro para amparar a abertura do caso. O jurista e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo Walter Maierovitch avalia que a iniciativa de Moraes configurou atuação em causa própria, o que compromete a legitimidade da apuração. "A situação do Supremo vai de mal a pior", resumiu.

Para Maierovitch, ainda que haja indícios de crime a serem investigados, a condução do caso deveria caber a órgãos isentos, como o Ministério Público.

"O ministro não pode investigar quando está envolvido direta ou indiretamente. Se há suspeita de crime, a notícia deve ser levada ao Ministério Público ou apresentada pela própria pessoa eventualmente prejudicada", afirmou. |

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Imposto Seletivo é uma questão de segurança

O debate sobre a regulamentação do Imposto Seletivo (IS), previsto na **reforma tributária**, passou a incorporar uma preocupação crescente entre especialistas em economia, segurança pública e Direito Tributário: o risco de que uma tributação elevada, sem reforço proporcional na fiscalização, amplie o mercado ilegal e fortaleça o crime organizado.

A discussão se dá enquanto Executivo e Congresso avançam na definição das alíquotas do chamado "imposto do pecado", que incidirá sobre produtos associados a externalidades negativas, como cigarros, bebidas alcoólicas e combustíveis. O desafio é equilibrar objetivos de saúde pública e arrecadação sem ampliar excessivamente o diferencial de preços entre o mercado formal e o clandestino.

Os alertas ganham peso à luz de episódios recentes. Em 2025, o Estado de São Paulo foi o epicentro de uma crise do metanol que gerou fatalidades por intoxicação pelo Brasil. A investigação revelou que etanol batizado de metanol adquirido em postos do ABC Paulista era matéria-prima numa fábrica clandestina que falsificava bebidas alcoólicas. O esquema envolvia uma estrutura familiar responsável por produção, envase e distribuição.

No setor de combustíveis, a Operação Carbone Oculto, deflagrada pela **Receita Federal**, pelo Ministério Público do Estado e pela Polícia Federal, desmantelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal estimado em mais de R\$ 30 bilhões, que contava até com a infiltração da facção criminosa PCC.

O avanço do mercado ilegal também aparece em outros setores regulados.

Estudos do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) indicam que as apostas ilegais continuam representando uma fatia significativa do mercado nacional, com estimativas entre 40% e 60% de participação.

A dimensão do problema ajuda a explicar porque o debate sobre ilegalidade ultrapassa o campo tributário e chega à esfera social. Dados do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) mostram que a atuação do mercado ilegal em 15 setores de bens de

consumo (bebida alcoólica, combustível e cigarro) faz com que a economia deixe de movimentar R\$ 468,3 bilhões por ano. Um montante que poderia financiar a construção e modernização de hospitais, ampliar programas de vacinação e construir escolas.

Para o promotor de Justiça e especialista em segurança pública Rodney Silva, quando o preço do produto formal sobe de forma acentuada e o Estado não reforça fiscalização, rastreabilidade e repressão qualificada, o mercado ilegal tende a se expandir.

"Em setores como bebidas, combustíveis e apostas, a diferença de preço pode empurrar parte do consumo para a clandestinidade, em que não há controle de origem, cumprimento de normas ou recolhimento de **tributos**. O resultado: aumento do risco à saúde e à segurança da população, fortalecimento de esquemas de lavagem de dinheiro e perda de competitividade do mercado legal", diz.

Ele reforça que o Imposto Seletivo precisa vir "casado" com proteção.

Para o professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie Eduardo Sabbag, a fixação das alíquotas deve seguir critérios técnicos e acompanhamento contínuo. "A tributação deve considerar o comportamento do consumidor e o grau de atratividade do produto ilegal", afirma.

Para o coordenador do MBA em Gestão Financeira e Estratégia de **Tributos** da FGV, Arnaldo Marques, os impactos da tributação variam conforme o grau de informalidade de cada mercado.

Segundo ele, setores com elevada participação de produtos ilegais tendem a reagir rapidamente a aumentos abruptos de carga tributária, especialmente quando persistem falhas de controle, rastreabilidade e fiscalização.

O Imposto Seletivo será debatido no dia 11 de março, em Brasília, no evento A Missão do Imposto Seletivo, com especialistas e autoridades para discutir o novo tributo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Imposto do pecado não pode servir de estímulo ao mercado ilegal (Artigo)

**Carlos Barreto, Jorge Rachid e Ronaldo Medina**

Carlos Barreto é consultor tributário. Foi secretário da **Receita Federal do Brasil** e presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**

Jorge Rachid é consultor tributário. Foi secretário da **Receita Federal do Brasil**

Ronaldo Medina é consultor tributário. Foi subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da **RFB** e secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

A calibragem do Imposto Seletivo (IS) deve incorporar um dado incontornável: o mercado ilegal já é grande e reage rapidamente a aumentos na diferença de preços entre o produto formal e o informal. Neste momento em que Executivo e Legislativo definirão as alíquotas do imposto do pecado, o caminho da razoabilidade é claro: simplicidade operacional, uniformidade de tratamento e mitigação da concorrência desleal.

Se o IS for elevado, resultará na ampliação do mercado ilegal, com impactos negativos na arrecadação e na área de saúde.

Um bom exemplo é o das bebidas alcoólicas. Estudo mais recente da consultoria Euromonitor sobre o mercado ilegal de álcool no Brasil estima que a evasão, produção sem registro, contrabando e falsificação alcançaram R\$ 55 bilhões em 2024. Em volume de álcool puro, o mercado ilegal já responde por 11,8% de todo o consumo.

Uma consequência concreta e trágica disso ocorreu há poucos meses, quando jovens morreram ou foram internados em estado grave na Grande São Paulo por terem ingerido bebida alcoólica destilada produzida em um estabelecimento clandestino. O problema, não por acaso, é maior em relação às bebidas destiladas, que na última década passaram a ter uma carga tributária mais elevada e desproporcional.

O comércio ilícito de bebidas representa perda de arrecadação anual da ordem de R\$ 28 bilhões - quase o triplo de 2017. O ilícito movimentava valores superiores a todo o orçamento federal destinado à segurança pública em 2025, da ordem de R\$ 23 bilhões. Segundo a Frente Nacional de Combate à Pirataria, a perda

para o mercado ilegal no setor de combustíveis e de cigarros é bastante elevada, correspondendo, respectivamente, a R\$ 29 bilhões e a R\$ 8 bilhões. Investigações revelaram que irregularidades fiscais, fraudes e esquemas de comercialização ilegal se disseminam no mercado de combustíveis e de cigarros. É razoável imaginar que práticas ilícitas se conectam e se expandem na mesma magnitude para outros setores.

Embora existam documentos do Ministério da Saúde sobre o setor de tabaco defendendo que aumentos de **tributos**, desde que exista fiscalização adequada, não ampliam diretamente o mercado ilegal, a realidade atual mostra o contrário. O Brasil não tem hoje recursos, estrutura e capacidade institucional suficientes para as necessidades imediatas de rastreabilidade, inteligência e repressão.

Infelizmente, testemunhamos recentemente dificuldades de coordenação entre entes federativos na tramitação de medidas voltadas ao enfrentamento do mercado ilegal. Vale a pena arriscar e perder fatias do mercado formal para a ilegalidade?

O risco de ampliar a concorrência desleal e o mercado informal não pode e não deve ser subestimado!

Além de buscar e consensuar alíquotas do Imposto Seletivo que não signifiquem incentivo adicional à informalidade, deputados e senadores têm outro desafio: reduzir as assimetrias criadas pela atual estrutura de **tributos** - IPI, PIS/Cofins e ICMS - em setores sujeitos ao IS. O imposto do pecado é uma oportunidade de reduzir tais distorções que, ao minar a competitividade no setor formal, acabam também estimulando a ilegalidade.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# STF RASTREADO - Operação da PF apura acesso indevido a dados de ministros em sistema da Receita

**SARAH TEÓFILO E FABIO GRANER BRASÍLIA**  
*economia@oglobo.com.br*

Uma investigação da **Receita Federal** apontou indícios de que dados fiscais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de seus familiares foram acessados irregularmente. A apuração levou a Polícia Federal (PF) a realizar ontem, durante o carnaval, uma operação para apurar a participação de quatro servidores nos vazamentos e quais teriam sido as motivações. De acordo com o STF, "foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema" do Fisco, com "posterior vazamento de informações sigilosas".

A auditoria realizada pela Receita foi pedida em janeiro pelo ministro do STF Alexandre de Moraes para apurar possível vazamento de dados de ministros da Corte e de seus parentes em sistemas do Fisco e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O pedido foi feito no âmbito do inquérito das fake news, do qual Moraes é relator, e em meio aos desdobramentos do caso do Banco Master.

O caso teve troca de relatoria no STF na semana passada, após vir à tona notícia de que uma empresa da qual o ministro Dias Toffoli é sócio fez negócios com um fundo ligado ao cunhado de Daniel Vorcaro, dono do banco.

## SERVIDORES SUSPEITOS

Em dezembro, os colunistas do GLOBO Lauro Jardim e Malu Gaspar também revelaram que o escritório de advocacia da mulher de Moraes, Viviane Barci, havia fechado contrato para representar o Master por cerca de R\$ 130 milhões ao longo de três anos. Viviane é uma das pessoas que teve os dados acessados indevidamente no sistema da Receita, segundo fontes. O filho de Moraes também teria sido alvo, além de parentes de outros ministros da Corte.

A operação da PF foi autorizada por Moraes, após pedido apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Rio

e Bahia. Os quatro suspeitos são servidores lotados na Receita, sendo um deles cedido pelo Serpro, empresa pública que fornece soluções digitais para o governo federal. Eles foram afastados dos cargos, tiveram o passaporte cancelado e serão monitorados por tornozeleira eletrônica.

De acordo com o STF, as investigações iniciais demonstraram a existência de "bloco de acessos cuja análise, pelas áreas responsáveis, não identificou justificativa funcional". Esses diversos e múltiplos acessos ilegais "apresentam aderência típica inicial ao delito previsto no art. 325 do Código Penal (violação de sigilo funcional)", continua a nota do tribunal. A quebra do sigilo funcional ocorre quando o servidor revela ou facilita a divulgação de dados sigilosos dos quais ele tem conhecimento em razão do cargo.

O Supremo diz ainda que "o caso não se exaure apenas na violação individual do sigilo fiscal, uma vez que a exploração fragmentada e seletiva de informações sigilosas de autoridades públicas, divulgadas sem contexto e sem controle jurisdicional, tem sido instrumentalizada para produzir suspeitas artificiais, de difícil dissipação".

Não se sabe se os servidores agiram em conjunto nem quais seriam suas motivações. Um dos pontos que a PF quer esclarecer é justamente se houve algum caráter político no acesso aos dados ou se havia o intuito de venda de informações para terceiros. Embora a

Receita tenha prerrogativa de sancionar os servidores que cometeram as irregularidades, tem limitações para investigar mais profundamente os aspectos criminais. Essa parte da investigação cabe à polícia.

## RELATÓRIO NO FIM DO MÊS

Ainda assim, a Receita está rastreando acessos aos dados de mais de uma centena de pessoas ligadas aos ministros do Supremo. O objetivo é criar um "mapa completo" de acessos. Alguns relatórios parciais produzidos pelo órgão já foram enviados à Corte e a conclusão total está prevista para o fim do mês.

Na decisão em que Moraes determinou a auditoria, o ministro também incluiu pedido para que fosse apurado se houve acesso ilegal a dados fiscais do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e de seus familiares. Segundo a Receita, contudo, não foram detectadas irregularidades.

Nessa auditoria interna estão sendo rastreados os CPFs de familiares dos ministros nos 80 sistemas da Receita. Informações relativas a possíveis acessos a dados de filhos e cônjuges já foram repassadas ao STF. Resta concluir o rastreamento de outros parentes.

Em nota, a Receita disse que "não tolera desvios, especialmente relacionados ao sigilo fiscal, pilar básico do sistema tributário". Disse ainda que "além dos procedimentos no âmbito do inquérito, noticiados hoje (ontem), com base em informações prestadas pela própria **Receita Federal**, há prévio procedimento investigatório em parceria com a autoridade policial, cujos resultados poderão ser divulgados oportunamente".

O **comunicado** lembra que a Receita já havia iniciado uma auditoria antes mesmo do pedido de Moraes, feito em 12 de janeiro. "O trabalho foi incluído em procedimento que já havia sido aberto no dia anterior pela Corregedoria da **Receita Federal** com base em notícia veiculada pela imprensa", diz. O Fisco não esclarece a que reportagem se refere.

Um dos servidores citados é Luiz Antônio Martins Nunes, funcionário do Serpro, que já era alvo de investigação anterior sobre vazamento de dados. O GLOBO não conseguiu localizá-lo.

Em 2019, Moraes foi contrário a uma investigação da Receita que atingia ministros da Corte e outras autoridades e determinou a suspensão da auditoria, citando "indícios de desvio de finalidade". A decisão foi proferida no contexto de um inquérito mais amplo, aberto pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, para apurar fake news e ameaças contra a Corte.

#### **Notícias Relacionadas:**

O GLOBO - RJ  
PF investiga vazamento de informações da Receita sobre ministros do STF

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Fim da "gordura" da arrecadação é desafio a partir deste ano

**Giordanna Neves De Brasília**

A arrecadação federal continua crescendo acima do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas a "gordura" que ajudou o governo nos últimos anos começa a diminuir e poderá alterar o quadro fiscal já em 2026 e também nos próximos exercícios. Em meio às preocupações a respeito da trajetória da dívida pública, a perspectiva de queda da elasticidade da receita (indicador que mede o quanto a arrecadação reage ao crescimento do **PIB**) surge como mais um vetor de pressão sobre as contas da União.

As conclusões são de estudo do Santander obtido pelo Valor e intitulado Elasticidade da Receita e o Formato do Espaço Fiscal, elaborado pelos economistas Ana Júlia Costa e Ítalo Franca. O relatório avalia se as receitas federais continuarão crescendo de forma automática e robusta em ritmo suficiente para acomodar o aumento das despesas e promover um equilíbrio fiscal em um ambiente de desaceleração econômica.

As estimativas do Santander indicam elasticidade móvel da receita próxima de 1,12 em 2025, patamar que ajudou a sustentar um crescimento real da arrecadação perto de 4%, diante de um crescimento do **PIB** em torno de 2,2%. Para 2026, porém, o cenário já é de normalização gradual dessa relação para algo mais próximo de patamares históricos, com a elasticidade recuando para cerca de 1,1.

Com crescimento do **PIB** próximo de 2% projetado para este ano, a receita total tende a avançar algo entre 2,3% e 2,4% em termos reais. Isso significa que a arrecadação seguirá contribuindo para uma consolidação fiscal. No entanto, não será suficiente para compensar sozinha as pressões sobre as despesas, em um contexto de elevada rigidez orçamentária e menor margem para ajustes.

De acordo com Ana Júlia, a receita vem crescendo em patamar elevado por causa de três fatores principais: a recuperação cíclica após a pandemia; a retomada mais intensa da atividade - que elevou os lucros corporativos e melhorou a situação financeira das empresas; a resiliência do mercado de trabalho formal. Esse impulso, no entanto, já começa a perder força neste ano.

"No curto prazo é comum a gente ver as receitas crescendo mais do que o **PIB**, mas estruturalmente a tendência é que a arrecadação volte a andar lado a lado com a atividade mais à frente", diz ela.

Segundo Franca, a desaceleração cíclica da economia tende a criar desafios adicionais para a arrecadação neste ano. Apesar de a receita ainda estar em patamar recorde, a expectativa é de crescimento em ritmo mais lento. Para 2026, ele afirma que o resultado fiscal ainda dependerá de fatores pontuais, como receitas extraordinárias - os leilões de petróleo, por exemplo -, enquanto os choques positivos que sustentaram a arrecadação nos últimos anos vêm perdendo força.

"Mesmo com alguma revisão para cima nas commodities, o ajuste foi marginal. Alguns elementos poderiam surpreender, como um aumento mais forte do deflator [espécie de índice de **inflação** que reajusta os valores do **PIB**]. Porém, a **inflação** deverá ganhar mais força apenas no segundo semestre, o que reduz a média do ano e, consequentemente, afeta a receita. Este é o quadro para 2026, que poderá balizar um pouco a percepção de riscos fiscais, mas ainda existe um caminho para o arcabouço ser cumprido", disse.

A meta de resultado primário deste ano é de superávit de 0,25% do **PIB**, ou R\$ 34,5 bilhões do **PIB**, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do **PIB** para mais ou para menos. No cenário-base do Santander para 2026, de crescimento de 1,5% do **PIB** e elasticidade em 1,1, a meta poderá ser atingida se o crescimento da economia se aproximar da projeção oficial de 2,3% do Ministério da Fazenda desde que não haja frustração relevante nas receitas extraordinárias. Ou seja: o crescimento do **PIB** precisará ser ou 0,8 ponto percentual maior para que a meta seja cumprida.

Uma fonte de cautela adicional para 2026 diz respeito à expectativa de menor crescimento nominal do **PIB**, o que poderia levar as receitas a ficarem de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões abaixo das projeções do governo. Isso reflete a diferença entre a estimativa oficial do deflator do **PIB** (4,3%) e a estimativa do Santander, que se aproxima de 3,5%.

Como o deflator capta a variação de preços de toda a economia, ele é mais relevante do que o IPCA para estimar o impacto da **inflação** sobre a **receita federal**. Um deflator mais baixo reduz o **PIB** nominal, o que

eleva a pressão sobre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em proporção ao **PIB**. A DBGG, principal indicador do estoque da dívida pública, terminou 2025 em 78,7% do **PIB**, alta de 2,4 pontos no ano.

O relatório mostra ainda que as projeções fiscais são altamente sensíveis à elasticidade. Para a receita líquida, os ganhos projetados entre 2025 e 2026 variam de cerca de R\$ 20 bilhões no cenário de menor elasticidade a R\$ 57 bilhões no de maior elasticidade,

podendo chegar a uma faixa entre R\$ 33 bilhões e R\$ 96 bilhões entre 2025 a 2027. No caso da receita total, os ganhos variam entre R\$ 27 bilhões e R\$ 71 bilhões no primeiro intervalo, alcançando de R\$ 45 bilhões a R\$ 119 bilhões no horizonte até 2027.

O estudo reitera que as evidências históricas sugerem que episódios de elasticidade elevada tendem a ser temporários. Em horizontes mais longos, o indicador converge para níveis próximos de 1, o que significa que a arrecadação passa a crescer em ritmo semelhante ao **PIB**, reduzindo o impulso automático das receitas e trazendo desafios adicionais às contas públicas.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20260218/>

# Dono do Master prestará dois depoimentos após o Carnaval

**Colaboração para o UOL, em Brasília**

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, deve prestar dois depoimentos depois do Carnaval, em Brasília. Ele falará nos dias 24 e 26 de fevereiro em diferentes comissões do Congresso.

Primeiro depoimento deve ser na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado. Vorcaro deve falar no dia 24 de fevereiro. A comissão aprovou a convocação na semana passada, no âmbito dos trabalhos de uma subcomissão que investiga o Banco Master.

Depois, o empresário falará à CPMI do **INSS**. O depoimento está marcado para 26 de fevereiro, após um adiamento pedido pela defesa por "questões de saúde". O colegiado quer que ele explique os contratos de empréstimos consignados supostamente irregulares que envolvem aposentados e pensionistas.

Comissão está restrita a temas relacionados ao escândalo do **INSS**. "Houve uma conversa com o ministro Dias Toffoli [que era à época relator do caso no STF (Supremo Tribunal Federal)], e eu concordo com ele. A nossa atribuição, enquanto Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é investigar os descontos indevidos nas contas dos aposentados", disse o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Além das duas frentes, foi protocolado um pedido de CPMI exclusivamente para o Banco Master. O andamento está nas mãos do presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), que precisa marcar uma sessão conjunta e ler o pedido de instalação para que a comissão seja iniciada. Se for criada, o empresário também poderá ser convidado para falar.

Vorcaro já prestou depoimento à Polícia Federal no fim de dezembro de 2025. Ele foi ouvido no inquérito que apura fraudes financeiras e práticas irregulares ligadas ao Banco Master.

Na ocasião, negou que o banco tenha cometido fraudes. Vorcaro disse que queria "restabelecer a verdade" e que "não era para ter liquidado" o Master.

Vorcaro também citou conversas com o governador do

Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), sobre a proposta de venda do Master ao BRB. Segundo ele, houve mais de um encontro para tratar da negociação.

Mensagens encontradas no celular de Daniel Vorcaro colocaram o ministro Dias Toffoli no centro da investigação. O material indica vínculos diretos entre o empresário e o ministro do STF, incluindo tratativas financeiras ligadas a um empreendimento imobiliário.

A partir dessas revelações, cresceram os questionamentos sobre a atuação de Toffoli no inquérito, e ele acabou afastado. Desde que assumiu a relatoria do caso, em dezembro, o ministro decretou sigilo da investigação, limitou o acesso da Polícia Federal às provas e determinou medidas consideradas atípicas. A PF apura se Toffoli era sócio de um hotel ligado a fundos do grupo de Vorcaro e se recebeu valores pela venda da participação, o que pode caracterizar conflito de interesses.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/02/18/dono-do-master-prestara-dois-depoimentos-apos-o-carnaval.htm>

# Transparência fiscal ou novo labirinto tributário? O dilema da simplificação prometida pela reforma

A **reforma tributária** foi apresentada como o passo definitivo para modernizar o sistema brasileiro e aproximá-lo das melhores práticas internacionais. Depois de décadas convivendo com um modelo que combina cumulatividade, fragmentação e uma profusão de obrigações acessórias, o país finalmente teria a chance de reconstruir sua lógica fiscal. No discurso político, a promessa é sedutora, pois envolve reduzir burocracia, ampliar transparência e criar um ambiente de negócios mais racional. Mas, conforme as normas avançam e o calendário de implementação se torna concreto, emerge uma pergunta incômoda. Será que estamos realmente caminhando para a simplificação ou apenas substituindo um labirinto antigo por um novo, agora mais digital e sofisticado?

Os novos **tributos**, IBS e CBS, ainda não estão plenamente vigentes, mas seu processo de implantação já revela um cenário complexo. A transição, que vai de 2026 a 2033, cria um período prolongado em que regras antigas e novas convivem, com ajustes graduais, exceções setoriais e regulamentações complementares que ainda serão editadas. Em vez de uma ruptura clara, o contribuinte enfrentará uma fase extensa de convivência entre modelos, exigindo atenção redobrada e decisões interpretativas delicadas. Não é um detalhe técnico, estamos diante de um ambiente de incerteza que obriga empresas a revisarem processos antes mesmo de saberem exatamente como o sistema final funcionará.

No cotidiano empresarial, esse cenário se traduz em custo e reorganização. ERPs precisam ser adaptados, contratos revisados, formações de preço recalculadas, políticas fiscais reescritas. Equipes contábeis, fiscais e jurídicas terão de passar por treinamento contínuo. Há, ainda, o risco de choques entre documentos emitidos sob regras distintas ou divergências entre registros antigos e exigências novas. Antes de colher os benefícios prometidos, as empresas precisarão atravessar uma fase de intensa adequação, com impacto financeiro e operacional significativo.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Paralelamente, o reforço da fiscalização digital ganha protagonismo. A unificação de bases, o uso de algoritmos de risco e a ampliação da granularidade das informações fortalecem a capacidade analítica do Fisco. Não se trata apenas de modernizar o controle; trata-se de centralizá-lo. A transparência, nesse contexto, segue sendo assimétrica. O Estado amplia sua visão sobre o contribuinte, mas os critérios utilizados para modelagem e enquadramento permanecem pouco acessíveis. A promessa de clareza corre o risco de se limitar à superfície. Se isso acontecer, sofisticamos a coleta, mas não necessariamente democratizamos o entendimento.

Essa dinâmica levanta a preocupação do potencial aumento do litígio. Embora a reforma busque reduzir disputas, a fase de implementação tende a gerar novas controvérsias, especialmente em temas como classificação de bens e serviços, regimes diferenciados, efeitos econômicos da alíquota uniforme e interpretação das regras de transição. Simplificação, na prática, só ocorrerá quando o contribuinte puder aplicar a norma sem depender de sucessivos pareceres ou de análises interpretativas complexas.

É inegável que o Brasil precisava repensar sua estrutura tributária. A complexidade histórica minava competitividade, consumia recursos e inibia investimentos. Mas simplificar não é apenas alterar nomes ou reorganizar **tributos**; é tornar o sistema inteligível, previsível e operacionalmente viável. Isso exige diálogo contínuo com o setor produtivo, cronogramas realistas, testes práticos, ajustes calibrados e um compromisso concreto com a redução de obrigações acessórias.

As empresas, por sua vez, já compreendem que terão papel ativo na transição. A adaptação requer planejamento, governança e investimento. Porém, esse movimento precisa ser acompanhado por um esforço equivalente do Estado em garantir previsibilidade e clareza. Sem isso, corre-se o risco de que a modernização prometida se fragmente no percurso.



O dilema está posto. A reforma pode inaugurar um ciclo mais racional e transparente, mas também pode gerar um novo labirinto, agora mais tecnológico e menos intuitivo. A escolha dependerá não apenas do texto da lei, mas da forma como sua implementação será conduzida. Transparência não pode ser promessa; precisa ser experiência concreta. O futuro do sistema tributário brasileiro, e da competitividade das empresas será definido pela capacidade de transformar intenção em realidade.

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2026/02/transparencia-fiscal-ou-novo-labirinto-tributario-o-dilema-da-simplificacao-prometida-pela-reforma.shtml>**

# Espaço fiscal se estreita para governos regionais

**Marta Watanabe De São Paulo Fiscal**

Em janeiro de 2019, quando Cristiane Schmidt assumiu a Secretaria de Fazenda de Goiás, o quadro era desafiador. O governo estadual devia duas folhas e meia em salários a servidores e tinha débitos com 4,6 mil fornecedores. A situação, lembra a secretária, afetava o atendimento em hospitais e a oferta de merenda nas escolas. Não só os serviços públicos estaduais foram atingidos na época. "Eu devia a 246 municípios as transferências constitucionais de educação e saúde", diz Schmidt. As contas, lembra, foram colocadas em dia no decorrer dos anos seguintes e em 2021 o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), oferecido pelo governo federal. Em dezembro do ano passado, o processo de recuperação do Estado foi encerrado. Schmidt permaneceu à frente da Fazenda goiana até abril de 2023.

Goiás não foi o único Estado com dificuldades no equilíbrio de contas no período entre 2015 e 2019. Em 2015 e 2016 o **PIB** brasileiro caiu por dois anos consecutivos, na pior recessão da história do país até então. A queda anual do **PIB** foi superada depois em 2020, quando eclodiu a pandemia de covid-19, com contração de 4,1%. Minas Gerais iniciou em 2016 o chamado parcelamento de salários dos servidores do Estado, o que depois também foi acompanhado de atrasos em transferências a municípios. O governo mineiro também aderiu ao RRF. Rio Grande do Sul completou em novembro do ano passado cinco anos consecutivos com os salários dos servidores pagos em dia, após um período de 57 meses de parcelamentos ininterruptos, diz o governo gaúcho. O Estado também aderiu ao RRF.

A versão original do RRF foi instituída em 2017 e o primeiro Estado a aderir a regime foi o Rio de Janeiro. Um ano antes, o Estado teve cerca de 500 mil servidores com salários em atraso e mais de 30 categorias profissionais entraram em greve. Entre as manifestações, integrantes da Polícia Civil chegaram a relatar na época que tinham cota de combustível para as viaturas.

Em todos os quatro Estados o cenário mais agudo de crise fiscal ficou para trás e todos aderiram ao Propag, o novo programa de refinanciamento de dívidas oferecido pelo governo federal. A adesão ao Propag

exige a saída do RRF. Atualmente, a dívida do Rio de Janeiro é R\$ 227 bilhões, sendo R\$ 195 bilhões devidos à União, R\$ 28 bilhões de contratos garantidos pela União e R\$ 4 bilhões referentes a parcelamentos, segundo o governo fluminense.

Especialistas em contas públicas apontam que a melhora das contas dos Estados nos últimos cinco anos foi favorecida pela convergência de vários fatores conjunturais, além de um volume cada vez maior de transferência de recursos da União não somente aos governos estaduais como também para os municípios. Em conjunto, o cenário propiciou elevação de despesas nos entes subnacionais.

Enquanto os governos regionais aumentaram os gastos primários em cerca de R\$ 500 bilhões anuais, de 2019 a 2025, os da União subiram cerca de R\$ 140 bilhões em igual período, considerando dados dessazonalizados e atualizados pelo deflator do **PIB**, aponta Bráulio Borges, diretor da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Os gastos dos subnacionais, diz, tiveram impacto na atividade econômica. Borges estima que sem a recente expansão de gastos dos regionais, intensificada principalmente desde 2021, o **PIB** estaria 2,2 pontos percentuais abaixo do que está atualmente. O exercício contrafactual considera tudo o mais constante, frisa Borges. "Alternativamente, o **PIB** poderia ter sido o mesmo, mas com uma Selic média mais baixa no período."

Os dados da União consideram o conceito de governo central orçamentário. Ou seja, foram contabilizados como gastos dos governos regionais recursos de repasses federais que são executados por Estados e municípios. Isso considera não somente as transferências constitucionais - Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios e repasse de IPI - como também recursos que integram as despesas primárias da União, como Fundeb, Lei Kandir, emendas Pix e Fundo Constitucional do Distrito Federal. Como os dados do último trimestre do ano passado ainda não foram divulgados, os números de 2025 consideram quatro trimestres acumulados até o terceiro trimestre do ano.

Do aumento de R\$ 500 bilhões anuais nos gastos primários de Estados e municípios de 2019 a 2025, diz

Borges, algo próximo a R\$ 200 bilhões foram financiados com aumento de transferências da União, algumas vezes por decisões que o Congresso tomou à revelia do Poder Executivo. Os repasses do Fundeb, com recursos para a educação, exemplifica, subiram de R\$ 23 bilhões em 2019 para R\$ 59 bilhões em 2025.

O aumento de receita primária dos regionais também ajudou, diz. A arrecadação própria de **impostos** e contribuições no período subiu perto de R\$ 180 bilhões. Isso se deu em parte com elevação de alíquotas de ICMS e também com corte de benefícios tributários. Também houve, aponta, redução de resultado primário agregado dos subnacionais, de R\$ 20 bilhões para R\$ 8 bilhões, sempre de 2019 a 2025. Os quase R\$ 110 bilhões restantes, diz, provavelmente foram financiados por receitas financeiras, taxas e também receitas de concessões e privatizações.

Os mesmos dados mostram que em três anos os gastos primários dos regionais saltaram de R\$ 500 bilhões por trimestre para cerca de R\$ 650 bilhões, destaca o economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre. "É um crescimento real de 30% em três anos, ou 10% ao ano, em média. Após a pandemia, o regime fiscal do país mudou. No caso de Estados e municípios, houve crescimento extraordinário da despesa."

Os dados mais recentes, diz Pires, observados ao longo de 2025, levam a crer que o processo de aumento de despesas atingiu o ápice e se estabilizou em patamar alto. "É importante notar que em 2025 há uma acomodação do ciclo econômico. Paramos de crescer 3% ao ano e deveremos ter uma expansão de **PIB** de 2,2% ou 2,3%. O segundo semestre do ano passado mostrou desaceleração econômica importante." Pelo relatório Focus do Banco Central, baseado nas expectativas de mercado, a mediana para crescimento de **PIB** em 2026 é de 1,8%, após os 2,25% projetados de **alta** em 2025, segundo o último boletim do ano passado. Em 2024, o **PIB** cresceu 3,4%.

Para Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, a perspectiva para as contas de Estados e municípios é de deterioração. "Já sabíamos que os superávits que eles tiveram no período pós-covid eram temporários. As commodities subiram, tivemos forte crescimento econômico no país, a **inflação** também deu uma disparada e ajudou Estados e municípios a recompor o caixa após perda estrutural de arrecadação no período anterior à crise sanitária."

O que se espera, diz, é que em 2026 haverá, em

razão das eleições, expansão fiscal da União e dos Estados. "Toda a gordura que ainda existe será queimada neste ano. A condição inicial para 2027 vai ser um caixa mais magro e mais despesa obrigatórias."

O Propag, diz, deve intensificar a pressão sobre gastos. "Como em muitos casos vai praticamente zerar o juro real da dívida com a União, perdermos o instrumento de estímulo para os Estados se equilibrarem. O enforcement para isso sempre foi a Lei de Responsabilidade Fiscal ou os instrumentos de renegociação da dívida. Mas o Propag é um perdão da dívida sem contrapartidas e que estimula o aumento da despesa primária. Olhando à frente, os Estados vão ter uma despesa obrigatória muito maior, sendo que boa parte do vento de cauda que os ajudou a recompor receita não existirá mais."

O aumento de carga tributária, que financiou uma parte da elevação de gastos, diz Pires, do FGV Ibre, não poderá ser usado indefinidamente. "O crescimento econômico poderia ser mais permanente, mas houve desaceleração em 2025. Há sinais de que o processo se esgotou ou precisa de novas rodadas para se sustentar." A grande preocupação, diz, é o que acontecerá com as finanças subnacionais caso a desaceleração de arrecadação seja mais pronunciada, dado que é muito difícil reverter alguns gastos, como de pessoal e outras despesas correntes. "Com uma acomodação das receitas, fica mais visível uma rivalização entre gasto com custeio da máquina pública e gasto com investimento."

Schmidt, que atualmente preside a MSGás, companhia de gás do Estado de Mato Grosso do Sul, lembra que as transferências extraordinárias da União em 2020, para combate aos efeitos da pandemia, assim como o movimento cíclico positivo pós-crise sanitária ajudou os Estados a reequilibrar as contas. "Mas parte do aumento de receitas que beneficiou os governos regionais não é recorrente."

Outra preocupação, diz ela, são as despesas que podem resultar do forte aumento nas autorizações para operações de crédito aos governos regionais. "Como boa parte dos financiamentos é com garantia da União, se Estados e municípios falharem, será a União que pagará a conta."

Schmidt lembra que são Estados e municípios que atendem a população, na ponta. "Responsabilidade fiscal precede responsabilidade social. Ninguém consegue fazer programas sociais sólidos e de médio e longo prazo se não tiver ajuste fiscal. Sem ajuste, não tem dinheiro para bancar."

Para Pires, é muito difícil saber se há risco de os

Estados voltarem a ter dificuldades semelhantes às que alguns tiveram nos anos anteriores à pandemia. O cenário da época, lembra, decorreu muito da crise de 2015 e 2016, com a queda do nível de atividade e consequente queda de arrecadação de Estados e municípios, após período em que esses governos regionais haviam aproveitado o ciclo de crescimento anterior para elevar gastos permanentes. No cenário atual, compara, existem fontes de arrecadação suficientes para financiar os gastos dos governos regionais. "Houve pouca preocupação com formação de poupança, até porque o ciclo de maior recurso disponível veio de forma veloz e foi pouco planejada. Mas é interessante observar como as coisas podem mudar rapidamente. Muitos Estados estavam em situação claudicante e estão agora em uma situação com mais folga hoje."

Dada a desaceleração econômica em curso, diz Pires, seria prudente se planejar desde agora. "Teremos neste ano eleições no qual essa pauta poderia ser incorporada na discussão de política econômica para o próximo ciclo." Além de controle de gastos, é preciso discutir regulação para investimentos de boa qualidade e também mecanismos de formação de poupança, diz. A Margem Equatorial, nota, está sendo muito debatida do ponto de vista ambiental, mas pouco discutida sob a ótica fiscal, sobre a destinação de eventuais recursos que pode trazer.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20260218/>

# Cresce no Congresso rejeição a tarifaço impopular de Trump (Editorial)

A saga tarifária do presidente americano Donald Trump enfrenta seus maiores percalços agora. Setores republicanos do Congresso começaram a se insurgir contra a aplicação de punições comerciais a aliados históricos, como o Canadá, e a Câmara dos Deputados aprovou projeto que barra tarifas sobre o país vizinho, no momento em que Trump sugere que o acordo com México e Canadá, vigente desde 1994, não vale para nada e deve acabar. A Suprema Corte americana, além disso, pode dar a qualquer momento seu veredito sobre se é válida ou não a base jurídica sobre a qual o presidente erigiu seu muro tarifário, a lei de emergência econômica internacional, nunca utilizada antes por um ocupante da Casa Branca para elevar a proteção a bens e serviços do país.

Trump, como era esperado, vem reajustando seu foco de acordo com a reação interna e externa ao choque do "dia da libertação". Depois de uma resposta à altura da China, que ameaçou interromper o fornecimento de terras raras, da qual é o principal produtor e refinador mundial, o governo americano reduziu os **impostos** de importação de 45% a uma média de 32%.

A Índia, a única companheira do Brasil ao receber a maior taxa de todas, 50%, e ser reiteradamente acusada por Trump de discriminar exportações americanas e ser a maior compradora do petróleo russo, fechou um entendimento com os EUA em 7 de fevereiro. Os 50% foram reduzidos para 25% e, depois aos 18% de tarifas "recíprocas", como contrapartida à aceitação do primeiro ministro Narendra Modi de abertura comercial, com compra de US\$ 500 bilhões em mercadorias americanas e o compromisso de não mais adquirir óleo russo.

Novos lances de Trump na área comercial incluem uma revisão dos exageros protecionistas sobre aço e alumínio, insumos básicos, usados de carros a fogões a porcas e parafusos, também contemplados com proteção de 50%. Um dos motivos é que o controle de bens que os utilizam é um pesadelo. O outro foi que os preços subiram. Os efeitos sobre a **inflação** foram sentidos imediatamente pelos consumidores e pelos radares políticos da Casa Branca: há eleições em outubro para renovar toda a Câmara dos Deputados e um terço do Senado. O presidente tem maioria nas duas Casas, o que lhe dá grande margem de manobra para agir a seu bel-prazer.

As tarifas não são bem vistas pelo consumidor americano. Pesquisa recente da Pew indicou que 60% dos adultos a desaprovam, entre eles 25% dos eleitores republicanos. Essa é mais ou menos a mesma proporção dos que acreditam que o atual governo não está fazendo um bom trabalho na economia. Estudo do Federal Reserve de Nova York lhes dá razão, ao constatar que 90% dos aumentos decorrentes dos **impostos** de importação recaíram sobre empresas e consumidores americanos, como todo mundo previa, menos Trump. Já a organização independente Tax Foundation fez um cálculo levando em consideração as tarifas nos níveis atuais e concluiu que cada americano teve de dispendar US\$ 1 mil a mais no ano passado em função delas e gastarão com isso mais US\$ 1,3 mil em 2026.

O descontentamento foi captado no Congresso, onde os republicanos fiéis a Trump têm votado como um só homem a favor das políticas do presidente. O monolito mostrou rachaduras. Na semana passada, 3 republicanos romperam a tênue maioria de 217 da legenda ante 213 democratas e invalidaram o boicote vigente ao exame de qualquer projeto de lei que tente mudar ou eliminar tarifas. A minirebelião se ampliou na quarta passada, quando 6 republicanos se alinharam à oposição para votar uma resolução que proíbe os EUA de taxarem o Canadá. Trump tem poderes para vetar o que foi decidido, mas a defesa de Mike Johnson, líder republicano na Casa, não chegou a inspirar confiança. Na prática, ele pediu uma trégua até que a Suprema Corte julgue se o instrumento legal para o presidente declarar uma guerra comercial ao mundo compete a ele ou é atribuição do Congresso, como sempre foi.

O Federal Reserve, o banco central americano, estima que ainda haverá efeito das tarifas sobre os preços neste ano, mas declinantes e efêmeros. O estudo do Fed de NY indica que os repasses estão diminuindo gradualmente, e o índice de **inflação** ao consumidor de janeiro caiu mais que o previsto, de 2,7% para 2,4%, com seu núcleo (2,5%) apresentando o menor resultado em cinco anos. É uma boa notícia pela metade para Trump: a abertura de vagas de emprego deu um salto em janeiro, mostrando vigor no mercado de trabalho, o contrário da suposição que levou o Fed a reduzir os juros em suas últimas reuniões.

Trump se equilibra entre tarifas e sentimento popular

diante de uma eleição que, caso perca nas duas Casas do Congresso, porão um fim em sua carreira política. A agressividade protecionista está se deslocando para a amistosidade, que pode beneficiar o Brasil. Na votação da Câmara que veta tarifação do Canadá foi mencionado que o tratamento dado ao Brasil também é injusto. A investida para revogar o USMCA, que une EUA, México e Canadá em um mercado de US\$ 2 trilhões, tende a ser abandonada e jogada no baú de péssimas ideias do presidente.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20260218/>



# STJ decide que Fisco deve aceitar seguro-garantia ou fiança

**Marcela Villar De São Paulo**

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a Fazenda pública não pode exigir depósito em dinheiro para garantir ação de cobrança de **tributos** e recusar a apresentação de fiança bancária ou seguro-garantia. A decisão, tomada na semana passada, foi unânime. Para os ministros, os dois instrumentos são eficazes e garantem a dívida fiscal, além de terem a mesma liquidez dos depósitos.

A decisão beneficia as empresas pelo fato de o seguro e a fiança serem mais baratos, além de não comprometerem o fluxo de caixa. O caso, envolvendo o município de Joinville (SC), era um dos poucos no STJ em que a Fazenda Nacional era parte interessada, por ser afetada pela tese, assim como as Fazendas estaduais.

O julgamento ocorreu em recurso repetitivo, ou seja, deve ser seguido por todo o Judiciário. Ele se aplica às 16,5 milhões de execuções fiscais que tramitam hoje no Brasil, segundo dados do painel Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número equivale a 22% de todos os processos no país.

Para a PGFN, a decisão foi positiva. A preocupação era se o STJ permitisse a troca de garantias dadas em dinheiro para seguro-garantia ou carta fiança. A medida afetaria diretamente o orçamento da União, pois os depósitos já entram na conta do Tesouro Nacional. Podem ser usados no Orçamento mesmo antes da decisão de mérito, limitados a 70% do valor - apesar disso, o levantamento contábil só pode ser feito após o trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso).

Segundo a PGFN, 63% da dívida ativa da União - de R\$ 3,2 trilhões - não é garantida. Mas R\$ 37 bilhões são garantidos por depósitos e R\$ 273 bilhões por seguro-garantia ou fiança bancária. "Numa situação como essa [de Joinville], a Fazenda aceitaria o seguro e a fiança sem problema nenhum. Nossa preocupação era que eles admitissem, eventualmente, por força dessa equiparação, de seguro-garantia e fiança bancária a dinheiro, a substituição do depósito em dinheiro por essa garantia", disse o coordenador-geral de Atuação Judicial perante os Tribunais Superiores e TNU, Marcelo Kosminsky.

Segundo especialistas, a jurisprudência do STJ era oscilante em relação ao tema. Nos recursos, o município de Joinville tentava reverter decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) que reconheceram a validade do seguro-garantia dado pela Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A, conhecida como UniSociesc, instituição de ensino do grupo Ânima Educação.

O seguro foi apresentado para garantir execuções fiscais de ISS de R\$ 15 milhões, somadas. Em paralelo, a empresa briga para não ter que pagar os **impostos**, pois, por ser entidade sem fins lucrativos, teria imunidade tributária, segundo o advogado dela no STJ, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho, do Pacheco Antunes Carvalho Advogados.

Ao julgar o caso, a 1ª Seção decidiu que a leitura isolada da ordem de preferência do artigo 11 da Lei de Execução Fiscal (nº 6.830/1980) não autoriza a recusa imotivada de fiança bancária ou seguro garantia, sobretudo quando atendidos os requisitos legais. No dispositivo, a ordem de preferência para o arresto ou penhora é a seguinte: primeiro dinheiro, depois título de dívida pública, pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.

O julgamento começou em novembro, quando votou a relatora, ministra Maria Thereza de Assis Moura. No voto, ela citou outro tema repetitivo do STJ, em que se reconheceu a possibilidade de apresentar os mesmos instrumentos para suspender a exigência de crédito não tributário (Tema 1203). O mesmo raciocínio, afirmou, poderia, em parte, ser aplicado às execuções fiscais.

O julgamento havia sido interrompido por pedido de vista do ministro Benedito Gonçalves, que acompanhou a relatora na semana passada, assim como os outros membros da 1ª Seção. Foi fixada a seguinte tese: "Na execução fiscal, a fiança bancária ou o seguro-garantia oferecido em garantia de execução de crédito tributário não é recusável por inobservância à ordem legal da penhora" (REsp 2193673).

O procurador Renato Grilo, da PGFN, que atuou no caso, reforça que, apesar da permissão dada pelo

STJ, o seguro e a fiança não suspendem a execução fiscal. "Uma coisa é querer certidão positiva com efeito negativo [de débitos tributários].

Suspensão de exigibilidade de crédito é outra coisa, é um rol taxativo do CTN e a Fazenda não pode nem cobrar. Se ofereço uma fiança, estou obtendo a certidão negativa, mas a execução vai continuar", diz.

Para João Batista, do Pacheco Antunes Carvalho Advogados, a decisão é relevante para o fluxo de caixa das companhias. Permitir a tese do município de Joinville, seria "retirar dinheiro das empresas que são indispensáveis para o pagamento de salários, fornecedores e fluxo de caixa normal para o exercício das atividades".

O entendimento dos ministros permite que a UniSociesc agora se defenda das cobranças fiscais alegando imunidade tributária. Segundo Reis, há entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à tese (ADIs 2028 e 2036). "Para que uma instituição, como nesse caso, pudesse se defender de uma execução fiscal indevida, injusta, que ofende decisão já pacificada pelo STF, teria que sofrer bloqueios de dinheiro ou mesmo oferecer dinheiro à penhora para ganhar uma ação em que ela tem total razão", afirma.

Após citada em execução fiscal, a empresa precisa dar garantia em cinco dias, diz a advogada Elisa Carvalho, do mesmo escritório, que atuou no caso. Só depois é possível apresentar embargos à execução, tipo de recurso para esse processo. "Para apresentar os embargos, que são a defesa, é preciso primeiro garantir. Com a rejeição da apólice pelo município, é como se estivesse inviabilizando a defesa."

Fabrizio Parzanese, sócio do Vellozo

o Advogados, lembra que a Lei n 13.043, de 2014, passou a permitir que contribuintes garantissem as dívidas tributárias com seguro-garantia - antes dessa norma, já era permitida a fiança bancária. Segundo ele, as fazendas públicas, sobretudo municipais, foram resistentes à alteração legal "sob a tese estapafúrdia de que o direito de garantir por fiança ou seguro se confundiria com o oferecimento de bens à penhora".

E o STJ, agora, diz, corrigiu esse entendimento, aceito em alguns tribunais. "A lei de 2014 vem até para proteger as duas partes, porque se o contribuinte faz depósito numa ação contra um município, é muito provável que ele vá levantar aquele valor e, se ele ganhar a ação, a prefeitura não vai ter dinheiro para devolver. Então, é uma garantia para o próprio contribuinte de que, ao final da ação, ele não vai se tornar credor, que é o que tem acontecido", afirma.

A advogada Ana Paula Baruel, sócia

do Baruel Barreto Advogados, diz que a decisão do STJ permite ao contribuinte se defender de forma mais barata em uma ação de cobrança. "O seguro-garantia e a fiança bancária são alternativas mais baratas às empresas para garantir execuções fiscais, pois afastam a possibilidade de o executado sofrer atos constritivos, como bloqueios em conta bancária, e ainda assegura o direito de o contribuinte permanecer emitindo certidão de regularidade fiscal, sem que a companhia precise arcar com o montante integral da dívida."

Em nota, a Procuradoria-Geral do Município de Joinville afirma que vai esperar o acórdão para decidir sobre eventual recurso. "Paralelo a isso, está estudando a publicação de um ato normativo para definição de regras sobre a aceitação da apólice de seguro-garantia no âmbito do órgão jurídico", diz, defendendo, mais uma vez, que o dinheiro aparece em primeiro lugar na ordem de preferência para arresto ou penhora.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/188501>

## Feriado incrementa R\$ 18 bi

O carnaval de 2026 deve impulsionar de forma expressiva a atividade turística no Brasil. A previsão é de que o setor fature R\$ 18,6 bilhões em fevereiro - crescimento de 10% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo estimativas da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP).

Se confirmada, a marca será a melhor para o mês desde o início da série histórica, em 2011, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho reflete o momento positivo do setor, sustentado pelo aumento da renda, pela geração de empregos e pela desaceleração da inflação, fatores que fortalecem o consumo e incentivam as viagens. Mesmo sendo ponto facultativo, o carnaval tradicionalmente movimenta toda a cadeia turística, com destaque para transporte aéreo e rodoviário, hospedagem, locação de veículos, alimentação e entretenimento.

Segundo o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, a festa deve consolidar o bom momento do setor em todo o país. Ele destaca que a movimentação financeira reforça o papel do carnaval como indutor do desenvolvimento econômico, gerando empregos, renda e fortalecendo pequenos e médios negócios.

"Esses R\$ 18,6 bilhões projetados mostram a força do carnaval como indutor do turismo e do desenvolvimento econômico. É um período que movimenta milhões de brasileiros, gera emprego, renda e fortalece os pequenos e médios negócios, além de valorizar nossa cultura e os destinos nacionais", destacou o ministro.

Além das grandes viagens, deslocamentos regionais e de curta distância também contribuem significativamente para a economia local. Hotéis, pousadas, bares, restaurantes, guias e prestadores de serviços em destinos urbanos e litorâneos se beneficiam do aumento do fluxo de visitantes. Para a FecomércioSP, o carnaval representa o ápice de uma temporada de lazer que começa em dezembro e se estende até fevereiro.

Levantamento da Booking.com indica que Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte lideram a preferência dos viajantes, atraindo públicos que buscam desde praia e grandes festas até a folia urbana intensa. Entre os turistas internacionais,

Florianópolis e São Paulo também figuram entre os destinos mais desejados.

**Consumo elevado** O otimismo econômico, no entanto, convive com um cenário de fragilidade financeira de parte da população. Pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do SPC Brasil aponta que cerca de 41,4 milhões de pessoas - o equivalente a 25% dos consumidores das capitais - devem aproveitar o carnaval.

As comemorações incluem encontros entre amigos e familiares, participação em blocos de rua e festas em clubes e baladas. Entre os itens mais consumidos estão bebidas não alcoólicas, cerveja ou chope, refeições fora de casa, refrigerantes e produtos para churrasco.

Apesar do forte consumo, os dados revelam um risco relevante: 32% dos foliões que pretendem gastar já possuem contas em atraso. Entre os endividados que planejam consumir, 67% estão com o nome negativado. O cenário se insere em um contexto mais amplo de inadimplência: cerca de 81,2 milhões de adultos estavam endividados no fim de 2025, o equivalente a quase metade da população adulta.

Outro fator que preocupa é a falta de planejamento financeiro.

Quase metade dos consumidores ainda não definiu quanto pretende gastar, o que pode favorecer compras por impulso. Especialistas recomendam organização prévia para evitar que os gastos da folia comprometam o orçamento nos meses seguintes.

**Delivery** O impacto do carnaval também se estende ao consumo doméstico e ao comércio digital, especialmente no interior do país. Pesquisa do aplicativo de delivery aiqfome mostra que o número de pedidos aumenta em média 12,4% durante o período, com crescimento superior a 40% nos dias de pico, especialmente na segunda e terça-feira de carnaval.

O ticket médio por pedido é de R\$ 57,43, e a região Sudeste concentra a maior demanda, com destaque para o Paraná como o estado com maior volume de pedidos na plataforma. A expansão do consumo inclui também bebidas entregues em domicílio.

Parceria entre o aplicativo e o Grupo Heineken oferece entrega ultra rápida em diversas cidades do interior, com crescimento superior a 14% nos pedidos de

bebidas mês a mês.

O serviço, disponível em mais de 700 municípios, deve ganhar ainda mais relevância durante os dias de festa.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/02/18/all.pdf>**

# Sem espaço para desaforo - ZEINA LATIF

## ZEINA LATIF

Está consolidada a visão de menor influência do comportamento da economia na aprovação do governo. Conforme o país avançou no combate à **inflação** e no emprego, as demandas foram mudando. A sociedade mostra-se mais exigente, demandando melhor funcionamento do Estado. Mas isso não significa total desvinculação entre economia e aprovação do governo.

Regiões mais pobres são mais vulneráveis à oscilação da economia e são mais impactadas por políticas assistencialistas. Assim, exibem maior volatilidade nos índices de aprovação no governo.

Uma forma de abordar esse ponto foi o ganho de votos de Bolsonaro no Nordeste entre as eleições de 2018 e 2022. Foram 30,3% dos votos válidos no segundo turno em 2018 e 30,7% em 2022. Provavelmente, foi uma resposta à criação e ao posterior aumento do valor do Auxílio Brasil, em plena campanha eleitoral.

A **inflação** elevada, principalmente de alimentos, pode comprometer bastante a aprovação do presidente. A escalada pós-pandemia, bastante agravada pelo conflito Rússia-Ucrânia, certamente pesou na aprovação de Bolsonaro e no voto. Com Lula, o aumento da **inflação** de alimentos no final de 2024 e início de 2025 também lhe trouxe maior rejeição.

Outro ponto a considerar é que fatores econômicos diversos, por vezes fora do radar, podem machucar a aprovação do governo. Um candidato no quadro atual é o aumento da inadimplência dos indivíduos. Só em 2025, houve aumento de 10,5% no número de pessoas inadimplentes, segundo a Serasa, o que representa 49,6% da população adulta, um recorde.

Um desafio para governantes é lidar com o efeito assimétrico da percepção da economia sobre o humor de eleitores: boas notícias são minimizadas (por exemplo, as pessoas tendem a acreditar que é mérito delas conseguir uma boa ocupação) e más notícias prejudicam bastante a aprovação. No caso das políticas assistenciais, o seu encolhimento teria custo político elevado, enquanto uma expansão adicional realmente relevante para aumentar a aprovação do governo seria inviável fiscalmente.

Assim, mesmo depois de um 2025 bastante favorável em termos de emprego e **inflação**, a aprovação do

governo caiu em relação ao fechamento de 2024 e, ainda mais, em relação ao início de governo. A piora é generalizada entre as regiões do país, inclusive no Nordeste.

Os indicadores econômicos do Nordeste têm sido favoráveis. Não que o crescimento do **PIB** destoe da média nacional, mas simplesmente acompanhá-la já tem grande valor diante das surpresas positivas dos últimos anos.

A surpresa fica com o mercado de trabalho. Pela Pnad, a população ocupada cresceu 6,6% entre 2022 (média) e os quatro trimestres encerrados em set/25 (último dado disponível), acima dos 5,5% no resto do país. Assim, enquanto a taxa de desemprego recuou de 12,6% em 2022 para 8,7%, no resto do Brasil a queda (em pontos percentuais) foi menor, de 8,2% para 5,4% na mesma comparação.

Ocorreu redução na procura por ocupação no Nordeste, mas seu papel é modesto na queda

Um desafio para governantes é lidar com o efeito assimétrico da percepção da economia sobre o humor de eleitores

do desemprego no período analisado. A taxa de participação (força de trabalho/população em idade de trabalhar) caiu marginalmente de 54,7% para 54,6% desde 2022; no resto do Brasil subiu de 65% para 65,1%. E a causa não está no desalento (quando o indivíduo deixa de procurar ocupação pois acredita que suas chances são baixas), o que seria desfavorável ao governo, pois a queda foi maior no Nordeste. A resposta pode estar na menor busca por ocupação por famílias beneficiadas pelo aumento das políticas assistenciais, o que seria positivo para a aprovação do governo.

Apesar disso, a queda da aprovação no governo Lula é apenas um pouco menor no Nordeste. Na pesquisa Genial/Quaest de fevereiro, a aprovação líquida (aprovação menos desaprovção) no Nordeste ficou em +28%, ante +42% em dez/2023; uma queda de 14 pontos percentuais. Para o restante do país, o cálculo é que a aprovação líquida saiu de +1,5% para -15,2% na mesma comparação; uma queda de 16,7 pp.

O ano de 2025 foi bastante positivo do ponto de vista da **inflação** e do desemprego. Os ganhos agora tendem a ser modestos, e a inadimplência deve ainda pesar, até que a queda dos juros chegue ao bolso dos

endividados. A economia não será aliada, e deslizes costumam proporcionalmente mais. O eleitor, inclusive no Nordeste, aceita menos desaforo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Após anos de relação "incipiente", Brasil e Índia buscam aproximação

**Lu Aiko Otta De Nova Déli A jornalista viajou a convite da ApexBrasil**

Brasil e Índia são duas potências médias com muitos pontos em comum em sua agenda internacional, mas com relações econômicas modestas para o tamanho das suas economias. É neste contexto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca no país nesta quarta-feira (18), para uma visita de quatro dias que tem na programação uma visita de Estado, a participação na reunião internacional de cúpula sobre inteligência artificial e o Fórum Empresarial Índia-Brasil 2026. O fórum será promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) em parceria com os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e das Relações Exteriores.

"Essa viagem ocorre num momento de profunda transformação da ordem internacional, e ambos os países estão muito mobilizados diplomaticamente para aumentar sua autonomia estratégica, diversificar parceiros e se adaptar de forma mais ampla a um cenário global muito imprevisível, com os EUA sendo a principal fonte de instabilidade", comentou Oliver Stuenkel, pesquisador sênior no Carnegie Endowment for International Peace, em Washington, e professor associado de relações internacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV) São Paulo.

"Nenhum dos dois países pretende se afastar dos Estados Unidos, mas, tanto em Nova Déli quanto em Brasília, há um consenso de que é preciso reduzir a exposição, a vulnerabilidade em várias áreas-chave como tecnologia, defesa e também comércio."

A Índia é vista no governo brasileiro como um importante parceiro na cooperação Sul-Sul, um dos pilares da política externa brasileira. Os dois países defendem o multilateralismo e a reforma da Organização das Nações Unidas. Atuam conjuntamente no Brics e no G20, entre outros.

As relações políticas entre Brasil e Índia sempre foram muito boas e a aliança entre os dois países foi fundamental na formação inicial do Brics, contou o embaixador José Alfredo Graça Lima, que foi subsecretário-geral para Ásia e Pacífico do MRE entre 2014 e 2016 e hoje é vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

"Mas acontece que o comércio entre o Brasil e a Índia é marcado por um padrão semelhante ao que o Brasil tem com a União Europeia, por exemplo", disse. "A agricultura indiana é muito sujeita a regulamentações e isso impacta, por exemplo, na importação de carne de frango do Brasil." Também houve um início de disputa em relação ao açúcar.

Dados levantados pela ApexBrasil mostram que a Índia aplica tarifas de importação de 30% para o frango inteiro e de 100% para o frango cortado ou preparado. Em açúcar e confeitaria, as tarifas chegam a 110%.

A agência preparou sete projetos setoriais focados no país, e um deles pretende aumentar a venda de frango, suínos e ovos. Os outros projetos tratam de algodão, etanol e derivados, rochas naturais, máquinas e equipamentos. No total, foram identificadas 378 oportunidades de negócios, em setores como combustíveis minerais, mercadorias e transações de materiais em bruto, máquinas e equipamentos de transporte. Cerca de 300 empresários estarão no fórum, do qual participarão Lula e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

Brasil e Índia dialogam sobre a expansão do acordo MercosulÍndia. Hoje, 450 produtos têm tarifa preferencial. Mas, dos quase 5 mil códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) exportados pelo Brasil para lá, apenas 110 estão na lista.

O objetivo dos dois países é elevar o comércio bilateral para US\$ 20 bilhões até 2030. No ano passado, as trocas de mercadorias somaram US\$ 15 bilhões, o que representou aumento de 25,5% sobre o ano anterior. "É o maior valor da série histórica do relacionamento comercial entre os dois países, mas ainda muito aquém do potencial, se for considerado o tamanho da população e o potencial dos dois países", disse a embaixadora Susan Kleebank, secretária de Ásia e Pacífico do MRE.

A Índia tem 1,5 bilhão de habitantes e seu Produto Interno Bruto (**PIB**) alcança US\$ 4,18 trilhões. É a quarta economia do mundo, rumando para ser a terceira. A taxa de crescimento tem se mantido em 7% a 8% ao ano. É um país cuja demanda por alimentos, energia, insumos industriais e soluções de

sustentabilidade é crescente, daí o interesse do Brasil em ampliar as transações.

Os produtos que o Brasil mais exportou para a Índia no ano passado foram: petróleo bruto, açúcares e melado, gorduras e ovos vegetais, minério de ferro. Os mais importados foram: compostos químicos, óleos combustíveis derivados de petróleo, medicamentos e inseticidas.

Quando Modi esteve em Brasília, em julho do ano passado, a parceria entre os dois países foi estruturada em cinco pilares: defesa e segurança, segurança alimentar e nutricional, transição energética e mudança de clima, transformação digital e tecnologias emergentes, parcerias industriais em quatro setores estratégicos. São eles: indústria aeronáutica, a indústria farmacêutica, petróleo e gás e minerais críticos.

Entre os atos a serem assinados durante a visita de Lula, está um memorando de entendimentos na área de minerais críticos. Haverá também uma declaração Brasil-Índia sobre parceria digital para o futuro, o anúncio da extensão da duração dos vistos de negócios nos dois países de cinco para dez anos. A Embraer deverá celebrar colaboração com a empresa indiana Adani Defence and Aerospace. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pretende assinar parcerias produtivas com empresas indianas para a produção de medicamentos e na área de hospitais inteligentes.

Além de participar do Fórum Empresarial, Lula deverá inaugurar o escritório local da ApexBrasil.

Da agenda do presidente, dois dias estão reservados para a cúpula internacional sobre inteligência artificial. Brasil e Japão copresidem um grupo de trabalho que trata da inteligência artificial segura e confiável. Além disso, o Brasil deverá promover um evento com o tema: IA para o bem de todos e perspectivas brasileiras para o futuro da inteligência artificial.

Mais de 20 chefes de Estado deverão participar da cúpula. Uma agenda de reuniões bilaterais estava em construção na semana passada.

Stuenkel comentou que a Europa vive um "quase pânico", por ter feito uma aposta muito grande na parceria com os Estados Unidos, país no qual agora não pode mais confiar. "No Brasil e na Índia nunca foi assim", disse. "Sempre houve muito receio em abraçar por completo a ordem liderada pelos Estados Unidos, sempre houve uma percepção também que as chamadas regras e normas defendidas na retórica americana acabaram sendo aplicadas de forma desigual."

Isso fez com que os dois países estivessem preparados para esse momento de instabilidade nas relações internacionais. Ideias em discussão na Europa e o discurso do primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, falando em uma nova ordem, "refletem coisas que a Índia e o Brasil vêm fazendo há muito tempo", disse.

No entanto, as relações entre os dois países seguem "incipientes". E o Brasil tem vulnerabilidades na área tecnológica, em soberania digital, em defesa. Daí a aproximação com a Índia e a recente visita ao Vietnã, exemplificou. É uma adaptação ao novo cenário.

"Nesse debate todo o Brasil é visto como um parceiro muito relevante por outras potências médias e pode ser útil para o Brasil também pensar nesses moldes", comentou. "O Brasil é visto por União Europeia, Índia e Canadá como um parceiro com o qual eles querem fazer mais."

Lula permanece em Nova Délhi até o dia 22. No dia 23, fará uma visita de Estado à Coreia do Sul.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20260218/>